



Número: **0600626-19.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600762-34.2020.6.16.0188**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Mandado de Segurança, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança Cível, com pedido liminar, nº 0600626-19.2020.6.16.0000 impetrado pela Coligação Pra Seguir em Frente, integrada pelos partidos Republicanos, Cidadania, PSC, PROS, PSD, PSB, em face do Juízo da 188ª Zona Eleitoral de Pinhais/PR, que verificou que a presente demanda é conexa com aquela contida na Representação nº 0600762-4.2020.6.16.0188, e determinou a reunião dos processos para decisão conjunta, a fim de se evitar decisões conflitantes, conforme estabelece o artigo 55, "caput", §§ 1º e 3º do Código Processo Civil, seguindo aquele como piloto, nos autos de Representação nº 0600761-49.2020.6.16.0188, ajuizada pela coligação Seguir em Frente em face de Lineu Pires Junior e Facebook Serviços Online do Brasil Ltda; e que, indeferiu o pedido liminar, nos autos de representação nº 0600762-34.2020.6.16.0188, ajuizada pela Coligação Pra Seguir Em Frente, integrada pelos partidos Republicanos, Cidadania, PSC, PROS, PSD, PSB, em face de Sandro Luiz Canani, Marcos Ceschin e Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. ("Facebook Brasil"). Em apertada síntese, alega a coligação representante que o representado Sandro Luiz Canani, em 31/10/2020, publicou em seu perfil nas redes sociais conteúdo evidentemente falso, associando a candidata à reeleição, Marli Paulino, à ex-Presidente da República, Dilma Rousseff, e ao Partido dos Trabalhadores - PT. Argumenta que o representado Marcos Ceschin foi expressamente marcado na publicação, tendo pleno conhecimento de seu conteúdo. Sustenta que o PT não faz parte da coligação Pra Seguir Em Frente e que a postagem tem por evidente finalidade ofender a honra da candidata, pretendendo associar a rejeição existente em relação ao referido partido e sua ex-presidente a figura da candidata da coligação Representante. (Requer: o recebimento e processamento do presente mandado de segurança, com a concessão da liminar, de forma inaudita altera parte, para o fim de, revendo a orientação da autoridade Impetrada, determinar a remoção do conteúdo das URLs https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=146463533855254&id=100054748242890 e https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=3441270766098898&id=100006480258696, bem como a veiculação do direito de resposta, no prazo máximo de 24 horas, fixando multa coercitiva para o caso de descumprimento; e ao final, em decisão de mérito, seja concedida a segurança, confirmando os efeitos da liminar).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RICARDO AUGUSTO PINHEIRO (IMPETRANTE)	RAFAEL ALVES SERVILHA (ADVOGADO)

PRA SEGUIR EM FRENTE 10-REPUBLICANOS / 23-CIDADANIA / 20-PSC / 90-PROS / 55-PSD / 40-PSB (IMPETRANTE)			RAFAEL ALVES SERVILHA (ADVOGADO)
JUÍZO DA 188ª ZONA ELEITORAL DE PINHAIS PR (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18156 116	09/11/2020 17:52	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120):0600626-19.2020.6.16.0000

IMPETRANTE: RICARDO AUGUSTO PINHEIRO, PRA SEGUIR EM FRENTE
10-REPUBLICANOS / 23-CIDADANIA / 20-PSC / 90-PROS / 55-PSD / 40-PSB

Advogado do(a) IMPETRANTE: RAFAEL ALVES SERVILHA - PR0073945

Advogado do(a) IMPETRANTE: RAFAEL ALVES SERVILHA - PR0073945

IMPETRADO: JUÍZO DA 188ª ZONA ELEITORAL DE PINHAIS PR

Advogado do(a) IMPETRADO:

RELATOR: FERNANDO QUADROS DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por COLIGAÇÃO PRA SEGUIR EM FRENTE, contra ato do Juízo da 188ª Zona Eleitoral de Pinhais, que, ao analisar tutela de urgência nos autos de representações nº 0600762-34.2020.6.16.0188 e nº 0600761-49.2020.6.16.0188, indeferiu a medida liminar requerida.

A petição inicial foi indeferida, sendo julgado extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil (ID. 16687216).

O impetrante interpôs embargos de declaração (ID. 16521516).

É o relatório.

Passo a decidir, o que faço com fulcro no disposto no artigo 31 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

Consoante relatado, trata-se de Mandado de Segurança impetrado por COLIGAÇÃO PRA SEGUIR EM FRENTE contra ato do Juízo da 188ª Zona Eleitoral de Pinhais, que, ao analisar tutela de urgência nos autos de representações nº 0600762-34.2020.6.16.0188 e nº 0600761-49.2020.6.16.0188, indeferiu a medida liminar requerida.



Inicialmente, anoto que, conforme se verifica das ids. 38353782 e 38353781 (das referidas representações, respectivamente), houve prolação de sentença com a respectiva interposição de recurso eleitoral na representação que motivou a impetração do *mandamus*.

Deste modo, resta prejudica a análise dos presentes embargos de declaração, ante a perda superveniente de objeto.

Diante do exposto, julgo prejudicado os aclaratórios opostos.

Registre-se. Publique-se. Intime-se, nos termos do artigo 64 da Resolução TSE nº. 23.608.

Fernando Quadros da Silva

Relator

